

Grupo de Apoio à
Criança com
Câncer do
Amazonas
(GACC/AM)

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone +55 (92) 2123-2350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores do

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Manaus – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM) (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM) em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à “Entidade”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 09 de Julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-AM



Thiago de Almeida Souza
Contador CRC 1SP251413/O-2

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	994.284	757.841
Recursos vinculados à projetos	4	2.495.022	1.839.127
Contas a receber		100	150
Adiantamentos concedidos		22.237	17.806
Outros créditos		<u>40.507</u>	<u>46.735</u>
Total do ativo circulante		<u>3.552.150</u>	<u>2.661.659</u>
Não circulante			
Imobilizado	5	2.006.974	2.112.765
Intangível		<u>7.572</u>	<u>9.595</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.014.546</u>	<u>2.122.360</u>
Total ativo		<u>5.566.695</u>	<u>4.784.019</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	-	12.215	14.063
Obrigações sociais e trabalhistas	6	253.660	189.973
Convênios a comprovar	7	<u>2.495.022</u>	<u>1.839.127</u>
Total do passivo circulante		<u>2.760.897</u>	<u>2.043.163</u>
Não circulante			
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	8	<u>1.359.378</u>	<u>1.392.524</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.359.378</u>	<u>1.392.524</u>
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	9	<u>1.446.420</u>	<u>1.348.332</u>
Total patrimônio social		<u>1.446.420</u>	<u>1.348.332</u>
Total passivo e patrimônio líquido		<u>5.566.695</u>	<u>4.784.019</u>

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM
Demonstrações do resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais			
Sem restrições			
Vendas de serviços, mercadorias, eventos e doações	10	3.479.641	3.537.309
Receitas com trabalhos voluntários	3.m	<u>622.564</u>	<u>567.700</u>
		4.102.206	4.105.010
Com restrições			
Receita de projetos e subvenções	11	<u>1.740.789</u>	<u>1.254.197</u>
		<u>5.842.994</u>	<u>5.359.207</u>
Custo e despesas operacionais			
Sem restrições			
Despesas com pessoal	12	(1.198.247)	(972.602)
Despesas gerais e administrativas	13	(2.372.103)	(1.999.424)
Despesa com trabalhos voluntários	3.m	(622.564)	(567.700)
Outras Receitas - Apropriação de Subvenções	8	33.145	33.145
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>82.004</u>	<u>14.504</u>
		(4.077.765)	(3.492.077)
Com restrições			
Custos e Despesas operacionais - Gerais e administrativas	14	<u>(1.740.789)</u>	<u>(1.254.197)</u>
		<u>(1.740.789)</u>	<u>(1.254.197)</u>
Superávit/(Déficit) operacional antes do resultado financeiro		<u>24.441</u>	<u>612.932</u>
Receitas financeiras	17	116.617	901
Despesas financeiras	17	<u>(42.971)</u>	<u>(46.024)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>73.646</u>	<u>(45.123)</u>
Superávit do exercício		<u>98.087</u>	<u>567.810</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM
Demonstrações do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

	2024	2023
Superávit do exercício	98.087	567.810
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente	<u>98.087</u>	<u>567.810</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

	Patrimônio social	(Déficits)/Superávit do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	780.522		780.522
Superávit do exercício	-	567.810	567.810
Incorporação do superávit do exercício	<u>567.810</u>	<u>(567.810)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.348.332</u>	<u>-</u>	<u>1.348.332</u>
Superávit do exercício		98.087	98.087
Incorporação do superávit do exercício	<u>98.087</u>	<u>(98.087)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>1.446.420</u>	<u>-</u>	<u>1.446.420</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas – GACC/AM
Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit/(Déficit) do exercício		98.087	567.810
Ajustes por:			
Depreciação	5	139.347	172.630
Depreciação da subvenção de bens a apropriar - imobilizado	8	(33.145)	(33.145)
Amortização		2.023	2.024
(Aumento) redução dos ativos			
Recursos vinculados a projetos		(655.895)	(735.812)
Contas a receber		50	2.617
Adiantamentos concedidos		(4.431)	3.940
Outros créditos		6.228	(3.755)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(1.848)	(6.392)
Obrigações sociais e trabalhista		63.687	10.586
Convênios a comprovar		655.895	735.812
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>269.998</u>	<u>716.315</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	5	(33.556)	(32.863)
Aquisição de intangível		-	-
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		<u>(33.556)</u>	<u>(32.863)</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>236.443</u>	<u>683.452</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		757.841	74.389
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>994.284</u>	<u>757.841</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>236.443</u>	<u>683.452</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM) foi fundado em 23 de maio de 1999, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, com sede à Rua Domingos Jorge Velho nº 290, D. Pedro; é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado e personalidade distinta da dos associados que a compõem, sem vinculação político-religiosa ou distinção de raça, cor ou condição social, tem por objetivo prestar serviço assistencial e social às crianças e aos adolescentes com câncer e/ou doenças hematológicas, tratadas na Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON ou em outras instituições similares.

2 Base de preparação e declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas, incluindo a ITG 2022 (R1) Entidade Sem Finalidade de Lucros.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em reunião realizada em 04 de Julho de 2025.

Detalhes sobre as políticas da Entidade são apresentados na nota explicativa nº 3 - Políticas contábeis materiais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Real e arredondadas para a unidade mais próxima.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras correntes e comparativas da Entidade.

2.5 Incerteza sobre premissas e estimativas

Não há informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

2.6 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

Para mais detalhes, veja a Nota Explicativa nº 18 – Instrumentos Financeiros. A Entidade reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3 Políticas contábeis materiais

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.

A Entidade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos conforme segue:

Empréstimos e recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem recursos vinculados a projetos, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na liquidação das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e convênios a comprovar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iv) Ativos e passivos financeiros derivativos

A Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, incluindo operação de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Convênio de Colaboração originados de contrato com as entidades parceiras são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do convênio de colaboração e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes aos créditos nas contas dos recursos recebidos dos projetos.

- **Receitas:** à medida que as despesas vão sendo realizadas, faz-se um débito na conta de obrigação do projeto e uma contrapartida no grupo de receita, anulando o efeito das despesas dos projetos.
- **Subvenção para investimentos** - As subvenções para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo não circulante, na rubrica “Subvenções de bens a apropriar”, sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC aplicável a pequenas e médias empresas. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada.

c. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e é composto por valores a receber da venda de *souvenirs* realizadas no cartão de crédito.

Devido ao recebimento ser realizado basicamente por cartões de crédito, não houve necessidade de reconhecer redução ao valor recuperável do ativo.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é calculada sobre o valor histórico.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	50 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos

e. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Basicamente compreende softwares, que tiveram sua vida útil estimada em cinco anos.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g. Convênios a comprovar

Os convênios referem-se aos aportes recebidos de entidades governamentais e outras entidades do Brasil. Tais convênios são regidos por editais e ao final de cada execução é enviada uma prestação de contas para a entidade que aportou o recurso.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou deduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

j. Receitas da prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação dos serviços se realizaram, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para Entidade, os custos associados e a possível glosa do serviço possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

k. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, rendimentos de aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros e outras taxas bancárias.

l. Outras despesas e receitas

Outras despesas operacionais abrangem o custo das baixas dos bens do ativo efetuados por meio de descarte por obsolescência ou doação.

m. Receitas e despesas de trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro vigente a partir de 21 de agosto de 2015, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. No exercício de 2024, a Entidade registrou o montante de R\$ 622.564 (R\$ 567.700 em 2023) referente a trabalhos voluntários, incluindo os membros da diretoria, com prestação de serviços. A diretoria destina 2 horas semanais às atividades do GACC, conforme estimativas fornecidas por eles mesmos.

n. Tributação e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de entidade sem fins lucrativos, aplicam-se à Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Entidade é isenta do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por ser uma sociedade civil sem finalidade de lucros, que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97 art. 15).

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 §3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15 §3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, arts. 10º e 18, IV):

- (a) Não remunerar por nenhuma forma seus dirigentes pelos serviços prestados, salvo nas hipóteses prevista em lei;
- (b) Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, declaração de informações em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e
- (f) Não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, §2º e art. 15 §2º).

(ii) **PIS**

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

(iii) **COFINS e ISS**

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da Cofins e do ISS incidente sobre as Receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

o. Isenções previdenciárias usufruídas

A Entidade usufrui de isenção das contribuições sociais patronais previstas na Lei nº 8.212/91, conforme legislação vigente e regulamentação específica aplicável às entidades beneficentes de assistência social., Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS.

p. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

O CEBAS, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), compreende o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026, sob o nº 308796.0654564/2023.

q. Novos pronunciamentos contábeis

Não há normas ou interpretações que entraram em vigor em 2024 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

	2024			2023		
	Recursos sem restrição (4.1)	Recursos vinculados a projetos (4.2)	Total de recursos com e sem restrição	Recursos sem restrição (4.1)	Recursos vinculados a projetos	Total de recursos com e sem restrição
Caixa e equivalentes						
Caixa	15.529	-	15.529	2.500	-	2.500
Banco	429.747	-	429.747	120.015	-	120.015
Aplicações	549.008	-	549.008	1.266.354	-	635.326
Total	994.284	-	994.284	1.388.869	-	757.841
Recursos vinculados						
Bancos conta corrente		150.018	150.018	-	266.250	266.250
Aplicações financeiras		2.345.004	2.345.004	-	1.572.877	1.572.877
Total		2.495.022	2.495.022	-	1.839.127	1.839.127
TOTAL	994.284	2.495.022	3.489.306	1.388.869	1.839.127	2.596.968

As aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas, administradas pelo Banco Itaú S.A., Bradesco S.A. e Banco do Brasil, remuneradas a taxas que variam entre 90% e 100% do Certificado de Depósito Bancário (CDB).

A Entidade também possui “Aplic Aut Mais” administrada pelo Itaú, que é um serviço de aplicação e resgates automáticos dos recursos disponíveis em conta. A rentabilidade é diária e atrelada à taxa do DI (taxa média dos depósitos interfinanceiros, calculada e divulgada diariamente pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados).

4.1 Recursos sem restrição

Os recursos financeiros que a Entidade possui que não estão vinculados a projetos são utilizados para custeio das atividades. A Movimentação dos saldos e projetos estão detalhados na Nota Explicativa nº 11 - Receitas operacional - com restrições.

4.2 Recursos vinculados

Os valores recebidos e ainda não empenhados em projetos ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto. Todo rendimento é revertido em aplicação no projeto.

5 Imobilizado

A movimentação ocorrida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2024 está assim demonstrada:

	01/01/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Custo				
Terrenos	600.000	-	-	600.000
Edificações	2.200.000	-	-	2.200.000
Instalações	74.061	-	-	74.061
Móveis e utensílios	467.411	-	-	467.411
Máquinas e equipamentos	153.161	11.777	-	164.938
Equipamentos de informática	227.961	21.779	-	249.740
Veículos	251.088	-	-	251.088
	3.973.682	33.556	-	4.007.238
Depreciação				
Edificações	(824.245)	(56.000)	-	(880.245)
Instalações	(20.252)	(7.407)	-	(27.659)
Móveis e utensílios	(423.440)	(14.693)	-	(438.133)
Máquinas e equipamentos	(113.832)	(2.112)	-	(115.944)
Equipamentos de informática	(206.554)	(10.198)	-	(216.752)
Veículos	(272.594)	(48.937)	-	(321.531)
	(1.860.917)	(139.347)	-	(2.000.264)
	2.112.765	(105.791)	-	2.006.974

	01/01/2023	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo				
Terrenos	600.000	-	-	600.000
Edificações	2.200.000	-	-	2.200.000
Instalações	74.061	-	-	74.061
Móveis e utensílios	467.411	-	-	467.411
Máquinas e equipamentos	133.295	19.866	-	153.161
Equipamentos de informática	214.964	12.997	-	227.961
Veículos	251.088	-	-	251.088
	3.940.819	32.863	-	3.973.682
Depreciação				
Edificações	(768.245)	(56.000)	-	(824.245)
Instalações	(12.846)	(7.406)	-	(20.252)
Móveis e utensílios	(386.576)	(36.864)	-	(423.440)
Máquinas e equipamentos	(101.726)	(12.106)	-	(113.832)
Equipamentos de informática	(195.236)	(11.318)	-	(206.554)
Veículos	(223.658)	(48.936)	-	(272.594)
	(1.688.287)	(172.630)	-	(1.860.917)
	2.252.532	(139.767)	-	2.112.765

A Administração da Entidade registra seus ativos pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada conforme taxa de depreciação individual.

6 Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
Salários a pagar	124.283	82.857
Provisão de férias	92.573	83.204
INSS a recolher (a)	22.980	14.413
Outras obrigações sociais	13.824	9.499
	253.660	189.973

- (a) O GACC possui o ‘Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)’ o que representa a isenção do recolhimento da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento dos funcionários e prestadores de serviços autônomos. A estimativa de INSS Patronal que a Entidade teve de isenção por ter a certificação do CEBAS na área de Assistência Social é registrada no resultado do exercício, no grupo de “Outras Receitas”. Mais detalhes nota explicativa nº 16.

7 Convênios a comprovar

	2024	2023
Lar solidário	1.385.313	-
IRM	478.898	481.360
PRONON	170.200	170.200
Sejusc Inclusão	120.336	-
Emenda Taisa Lippy	99.830	-
Ecossistema Solar	75.605	-
CMDCA	30.302	101.204
Convênio OI Futuro	34.075	34.075
Fundo Manaus Solidário	25.797	34.205
FMS Despertar	20.268	-
Projeto Manu	21.236	21.236
Fundo Solidário	15.985	15.985
MTB	14.370	14.775
Meu aconchego	1.703	-
SUSAM Ricardo Nicolau	593	593
EMENDA 180K	378	942
LAR ACOLHEDOR	133	615.844
REABILITAÇÃO SEJUSC	-	130.374
EMENDA SERAFIM	-	150.000
EM. SEJUSC 100K (2023)	-	65.014
Sidney Leite	-	1.244
Emenda Isac Tayah	-	249
CMDCA Emenda Isac	-	1.020
F.M.S 2022	-	357
EMENDA SEJUSC 100K	-	450
	2.495.022	1.839.127

Em 2024, a captação mais relevante foi o projeto LAR SOLIDÁRIO no valor de R\$ 1.385.313, tivemos dois outros projetos que podemos considerar relevantes, R\$ 192.983 mil projeto SEJUSC INCLUSÃO e R\$ 150.267 mil com o projeto ECOSSISTEMA SOLAR.

A Movimentação dos saldos e descritivos dos projetos estão detalhados na Nota Explicativa nº 11 - Receitas operacional - com restrições.

8 Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado

	2024	2023
Subvenção de imobilizado bruto		
Sede própria - Casa da criança (Edificações)	1.727.482	1.727.482
Terrenos	270.000	270.000
	1.997.482	1.997.482
Depreciação		
Sede própria - Casa da criança (Edificações)	(638.104)	(604.958)
Subvenção de imobilizado líquida	1.359.378	1.392.524
Depreciação dos exercícios	33.145	33.145

O montante histórico recebido como doação e/ou vinculado a convênios é de R\$ 1.997.482 (terreno no montante de R\$ 270.000 e a construções no montante de R\$ 1.727.482).

As subvenções para investimento são reconhecidas como passivo não circulante, e são cotejadas com os correspondentes saldos do imobilizado nas demonstrações contábeis da Entidade, através da depreciação dos respectivos bens, ao longo do período de vida útil.

9 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Entidade, constitui-se dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doação de imóveis.

A Entidade, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, fica impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será revertido em benefício de outras entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou à entidade pública, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

	2024	2023
Patrimônio social	1.348.332	780.522
Superávit do Exercício	98.087	567.810
	1.446.420	1.348.332

9.1 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria Executiva.

Não serão remunerados no exercício das funções os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do corpo de voluntários, nem serão distribuídos, direta ou indiretamente, por qualquer forma, título ou sob qualquer pretexto, lucros, bonificações, vantagens a benfeitores, mantenedores associados ou equivalentes, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas em estatuto.

10 Receitas operacionais - sem restrições

	2024	2023
Receita		
Venda de mercadorias (a)	121.152	121.564
(-) Dedução da Receita	-	(477)
Doações (b)	3.358.489	3.416.222
	3.479.641	3.537.309

(a) As receitas das vendas de mercadorias são referentes às vendas de *souvenirs* (camisas, copos, artesanatos etc.).

(b) As receitas de doações são arrecadadas através do *call center* da Entidade:
Doação Regular são arrecadações pontuais por pessoas físicas/Jurídicas realizadas mensalmente. Doação eventual são arrecadações feitas de formas ocasionais por Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas e outra doações. Em 2024 a “Doação PJ/PF” estão classificadas em “Doação eventual” e não houveram “Doação online” e “Prêmios”. A “Doação Prêmio Nota Fiscal Amazonense – SEFAZ/AM” em 2024 foram paralisadas pelo Governo do Estado, e retornaram somente a partir de 2025.

Abaixo segue o detalhamento das doações recebidas ao longo do ano de 2024 e 2023.

	2024	2023
Doação Call Center	2.118.706	2.092.356
Doação Regular	386.180	563.975
Doação Eventual	437.295	470.773
Doação PF/PJ	-	60.852
Doação Prêmio Nota Fiscal Amazonense - SEFAZ/AM	19.000	168.800
Doação Sentença Judicial	2.160	8.678
Doação Casinhas Troco	40.982	2.741
Doação Contribuição Condomínios	2.195	2.816
Doações Rancho Padrinho	8.245	8.152
Doação Online	-	31.574
Doação Direcionada	2.000	505
Prêmios	-	5.000
Evento Solidário Waisser Botelho	133.805	-
Aniversário Solidário Pauderney	7.400	-
Evento Feijoada (a)	200.521	-
	3.358.489	3.416.222

- (a) O evento beneficente feijoada tem como finalidade arrecadação de fundos. Em 31 de dezembro de 2023 o valor da feijoada foi de R\$ 118.795 alocado no grupo de receitas “com restrição”, mas para 2024, a Administração avaliou e concluiu que a classificação passou a ser de receitas “sem restrição”.

11 Receitas operacional - com restrições

A seguir, apresentamos os projetos em andamento no exercício e sua movimentação, demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Mapa de movimentação dos projetos	31/12/2023	Adição aporte	Adições aplicações financeiras	Baixas despesas (Receitas)	Devolução de recursos	Ajuste	31/12/2024
Aplicação IRM OH DE CASA	42.884	-	-	-	-	-	42.884
Aplicação IRM Feliz Vivo	7.083	-	-	-	-	-	7.083
IRM (a)	240.181	186.419	15.807	(100.839)	(19.721)	-	321.847
MC DIA 2017	65.194	-	-	-	-	-	65.194
Projeto OI Futuro	34.075	-	-	-	-	-	34.075
MTB	14.774	-	-	(404)	-	-	14.370
PRONON	170.199	-	-	-	-	-	170.199
Mc Dia 2018	126.018	-	1.175	-	(85.304)	-	41.890
Fundo Solidário	15.985	-	-	-	-	-	15.985
Sidney Leite	1.244	-	-	-	-	(1.244)	-
Emenda Isac Tayah	249	-	-	-	-	(249)	-
Fundo Manaus Solidário	27.972	-	-	-	-	-	27.971
CMDCA Emenda Isac	1.020	-	-	-	-	(1.020)	-
Projeto Manu	21.236	-	-	-	-	-	21.236

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

Mapa de movimentação dos projetos	31/12/2023	Adição aporte	Adições aplicações financeiras	Baixas despesas (Receitas)	Devolução de recursos	Ajuste	31/12/2024
SUSAM Ricardo Nicolau	593	-	-	-	-	-	593
EMENDA 180K	942	-	-	-	-	(564)	378
CMDCA ACOLH 601K (b)	101.204	3.019	-	(167)	(73.754)	-	30.302
F.M.S 2022	357	-	-	-	-	(357)	-
Reabilitação Sejusc	130.374	3.745	6.918	(117.381)	(25.335)	1.680	-
FMS 2023 (d)	34.206	1.374	426	(5.677)	(4.531)	-	25.797
Lar Acolhedor (c)	615.844	7.323	44.785	(667.820)	-	-	133
Em. Sejusc 100k (2023) (e)	65.014	1.926	2.737	(68.456)	(1.220)	-	-
Emenda Serafim (f)	150.000	1.133	1.958	(152.552)	(539)	-	-
Plinio Valério (g)	-	101.625	1.149	(101.467)	(1.307)	-	-
FMS Despertar (h)	-	91.428	1.444	(72.604)	-	-	20.268
Meu aconchego (i)	-	120.524	425	(119.245)	-	-	1.703
Ecosystema Solar (j)	-	150.267	605	(75.267)	-	-	75.605
Sejusc Inclusão (k)	-	192.983	1.316	(73.963)	-	-	120.336
Lar Solidário (l)	-	1.569.844	243	(184.774)	-	-	1.385.313
Emenda Taisa Lippy	-	100.001	-	(171)	-	-	99.830
Emenda Sejusc 100K	451	-	-	-	-	(451)	-
Total	1.839.127	2.531.611	78.988	(1.740.789)	(211.711)	(2.205)	2.495.022

Mapa de movimentação dos projetos	31/12/2022	Adição aporte	Adições aplicações financeiras	Baixas despesas	Devolução de recursos	31/12/2023
Aplicação IRM OH DE CASA	42.884	-	-	-	-	42.884
Aplicação IRM Feliz Vivo	7.083	-	-	-	-	7.083
IRM (a)	19.959	446.978	1.408	(118.795)	(109.369)	240.181
MC DIA 2017	65.886	-	-	(692)	-	65.194
Projeto OI Futuro	34.075	-	-	-	-	34.075
MTB	15.983	-	60	(1.269)	-	14.774
PRONON	170.199	-	-	-	-	170.199
Mc Dia 2018	108.908	-	1.235	(407)	16.282	126.018
Fundo Solidário	15.985	-	-	-	-	15.985
Sidney Leite	1.244	-	-	-	-	1.244
Emenda Isac Tayah	249	-	-	-	-	249
Fundo Manaus Solidário	27.972	-	-	-	-	27.972
CMDCA 2020	46.429	-	-	-	-	46.429
CMDCA Emenda Isac Tayah	1.020	-	-	-	-	1.020
Projeto Manu	21.236	-	-	-	-	21.236
SUSAM Ricardo Nicolau	593	-	-	-	-	593
FPS Call Center				(775)	775	-
CMDCA Oficina	9.878	-	1.506	(689)	(10.695)	-
EMENDA 180K	76.465	-	6.927	(66.648)	(15.802)	942
CMDCA ACOLH 601K (b)	295.370	-	23.986	(265.927)	1.346	54.775
CMDCA CESTA BÁSICA	116.008	-	7.800	(119.843)	(3.965)	-
F.M.S 2022	13.592	-	3.478	(15.507)	(1.206)	357
EMENDA SEJUSC 50K	204	-	-	(160)	(44)	-
Reabilitação Sejusc		139.993	67	(9.686)	-	130.374

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

Mapa de movimentação dos projetos	31/12/2022	Adição aporte	Adições aplicações financeiras	Baixas despesas	Devolução de recursos	31/12/2023
FMS 2023 (d)		99.998	1.872	(95.636)	-	6.234
Lar Acolhedor (c)		873.567	5.146	(262.869)	-	615.844
Em. Sejusc 100k (2023) (e)		100.000	183	(35.169)	-	65.014
Energia Solar		150.000	1.503	(151.120)	(383)	-
CMDCA 100k		99.999	2.934	(101.520)	(1.413)	-
Emenda Serafim		150.000		-	-	150.000
EMENDA SEJUSC 100K	12.093	-	649	(7.484)	(4.807)	451
Total	1.103.315	2.060.535	58.754	(1.254.196)	(129.281)	1.839.127

Os registros nessas rubricas correspondem à realização dos recursos recebidos para custeio das despesas dos projetos e atividades e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos. Durante o exercício de 2024 foi recebido o total de R\$ 2.531.611 (R\$ 2.060.535 em 2023), sendo R\$ 1.740.789 (R\$ 1.254.197 em 2023) aplicados em custeio, conseqüentemente, é o valor reconhecida como receita operacional – com restrições. Os valores recebidos e ainda não empenhados ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante e em obrigações com projetos no passivo circulante.

A seguir apresentamos as características de nossos projetos:

- (a) **Instituto Ronald McDonald (IRM)** - o custeio do IRM foi utilizado em alguns projetos pontuais, como “Oh de Casa”, que realizou visitas nas casas dos pacientes no interior do Amazonas; “Feliz Vivo Mais”, que custeou alguns pedidos pontuais do HEMOAM para melhoria no hospital; e, além destes, o IRM também custeou as despesas operacionais do GACC. Esse projeto é contínuo e os recursos são oriundos das vendas das camisas da campanha e dos tickets do McDia Feliz.
- (b) **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Oficina Acolhimento 601K (CMDCA)** - Recurso captado através do Município de Manaus, esse projeto financiou parte da equipe de assistência social, nutricionistas, psicólogos, médicos, materiais de expediente e higiene da casa de acolhimento.
- (c) **LAR ACOLHEDOR** - Recurso captado através do Município de Manaus, custeando os Prestadores de Serviços Especializados e Mantimentos para a Instituição.
- (d) **FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA 2023** - Recurso captado através do Município de Manaus, destinados a compra de mantimentos para as crianças e custeio de serviços especializados.
- (e) **Emenda Sejusc 100k (2023)** – custeio de mantimentos e alimentos diversos para a instituição.
- (f) **Emenda Serafim** – O custeio do projeto “Emenda Serafim”, aconteceu através de material kit suplementar, mantimentos diversos, reforma do prédio da instituição.
- (g) **Plínio Valério** – O projeto “Plínio Valério”, recurso do município de Manaus, custeou compra de alimentos, serviços prestados por psicólogas, assistente social e Nutricionista, despesas essenciais para a operação da instituição.

- (h) **FMS despertar** - O projeto “FMS Despertar”, recurso do município de Manaus, custeou compra de alimentos, material de expediente, material para as oficinas, equipamentos, serviços prestados por psicólogas e assistente social.
- (i) **Meu Aconchego** - Recurso do município de Manaus, o projeto “Meu Aconchego”, custeou compra de Kit Suplementar, material de limpeza, Instalações, máquinas e equipamentos.
- (j) **Ecossistema Solar** - O projeto “Ecossistema Solar”, recurso do governo do estado, custeou a aquisição e serviço de sistema fotovoltaico.
- (k) **Sejusc Inclusão** - O projeto “Sejusc inclusão”, recurso do governo do estado, custeou a compra de materiais diversos de apoio e serviços especializados para atender a sua operação.
- (l) **Lar solidário** - Recurso do município de Manaus, o projeto “Lar Solidário”, custeou a compra de materiais apoio e desenvolvimento, material de expediente, serviços de reparação e manutenção no prédio, prestadores de serviços, máquinas e equipamentos.
- (m) **Reabilitação Sejusc** - Recurso do município de Manaus, o projeto “Reabilitação Sejusc”, custeou em sua maioria, serviços com fonoaudiólogos e fisioterapeutas, além destes, serviços com psicólogos, assistente social, compra de combustível e serviços de motorista.

12 Custo e despesas operacionais - Sem restrições - Despesas com pessoal

	2024	2023
Salários	(642.142)	(531.939)
Encargos sociais e trabalhistas	(82.093)	(68.546)
Férias e 13º salário	(166.645)	(151.724)
Prêmios e benefícios	(183.078)	(119.243)
Outras despesas com pessoal (a)	(124.289)	(101.150)
	<u>(1.198.247)</u>	<u>(972.602)</u>

- (a) Principalmente saldos de pagamentos de uniforme, Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I), Despesas com indenizações de desligamento (aviso prévio e FGTS rescisório) e vale transporte.

13 Custo e despesas operacionais - Sem restrições - Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Serviços de terceiros. (a)	(1.295.576)	(1.059.140)
Material de consumo e infraestrutura (b)	(1.076.527)	(940.284)
	<u>(2.372.103)</u>	<u>(1.999.424)</u>

- (a) Serviços de terceiros é composto por pagamentos oriundos do GACC à profissionais diretamente ligados as operações da instituição, como Assistentes Sociais, Psicólogos, Nutricionistas e entre outros serviços. Sendo desembolsado o montante de R\$ 1.295.576 em 2024 (R\$ 1.059.140 em 2023).

- (b) Materiais de Consumo e Infraestrutura, são despesas com a manutenção do local, material de expedientes, alimentação e outros, sendo desembolsado o montante de R\$ 1.076.527 em 2024 (R\$ 940.284 em 2023).

14 Custo e despesas operacionais - Com restrições - Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Serviços especializados	(594.452)	(525.736)
Alimentação	(337.370)	(216.074)
Bens duráveis	(94.048)	(25.816)
Assistência Social	(200.266)	(202.212)
Salários e Encargos Sociais	(160.553)	(181.203)
Material de Expediente	(208.246)	(23.005)
Outras despesas	(105.854)	(80.151)
	(1.740.789)	(1.254.197)

Mapa de Movimentação dos projetos	Serviços especializados	Alimentação	Bens Duráveis	Assistência Social	Salários e Encargos	Material de Expediente	Outras Despesas	31/12/2024
IRM a Casa é sua	51.366	4.140	-	44.363	-	-	970	100.839
MTB	-	-	-	-	-	-	404	404
CMDCA ACOLH 601K	-	-	-	-	-	-	167	167
Reabilitação Sejusc	114.987	-	-	-	-	-	2.395	117.382
FMS 2023	-	5.510	-	-	-	-	167	5.677
Lar Acolhedor	166.128	247.004	-	97.461	150.024	5.621	1.582	667.820
Emenda Sejusc 100k (2023)	-	51.792	-	14.863	-	-	1.801	68.456
Serafim	6.427	21.827	-	16.312	10.529	35.489	61.968	152.552
Plinio Valério	48.600	47.097	-	-	-	4.250	1.520	101.467
FMS Despertar	49.084	-	13.497	-	-	8.833	1.190	72.604
Meu Aconchego	53.340	-	37.944	27.267	-	-	694	119.245
Ecossistema Solar	75.000	-	-	-	-	-	267	75.267
Sejusc Inclusão	10.820	-	-	-	-	62.672	471	73.963
Lar Solidário	18.700	-	42.607	-	-	91.381	32.087	184.775
Taisa Lippy	-	-	-	-	-	-	171	171
Total	594.452	337.370	94.048	200.266	160.553	208.246	105.854	1.740.789

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

Mapa de Movimentação dos projetos	Serviços especializados	Alimentação	Bens Duráveis	Assistência Social	Salários e Encargos	Outras Despesas	31/12/2023
IRM a Casa é sua	61.608	-	-	30.910	-	26.278	118.796
MC DIA 2017	-	-	-	-	-	692	692
MTB	-	-	-	-	-	1.269	1.269
Me dia 2018	-	-	-	-	-	407	407
CDMCA Oficina	-	-	-	-	-	689	689
FPS CALL CENTER	-	-	-	-	-	774	774
EMENDA 180K	6.144	19.602	-	-	39.324	1.578	66.648
CMDCA ACOLH 601K	70.386	43.862	-	56.421	74.174	21.084	265.927
CDMCA CESTA BÁSICA F.M.S 2022	74.166	-	-	44.212	65	1.400	119.843
EMENDA SEJUSC 50K	-	-	-	-	-	160	160
EMENDA SEJUSC 100K	-	-	-	-	6.684	800	7.484
Reabilitação Sejusc	8.400	-	-	-	-	1.286	9.686
CDMCA 100K	-	42.373	11.234	46.393	-	1.520	101.520
Energia Solar	150.000	-	-	-	-	1.120	151.120
FMS 2023	44.124	47.827	-	2.535	-	1.150	95.636
Lar Acolhedor	110.908	42.954	14.582	12.856	60.956	20.613	262.869
Emenda Sejusc 100k (2023)	-	19.456	-	-	-	15.714	35.170
Total	525.736	216.074	25.816	202.212	181.203	103.156	1.254.197

15 Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1409/12, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos de renúncia fiscal. A Entidade não possui a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS e do ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

16 Isenções previdenciárias usufruídas

A Entidade possui o benefício de contribuições sociais com base na Lei nº 8.212/91 em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS. Em 2024, a Entidade registrou como isenção previdenciária o montante de R\$ 259.420 (R\$ 229.708 em 2023).

	2024	2023
Isenção INSS Patronal CEBAS	259.420	229.708
	259.420	229.708

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

O CEBAS, emitido pelo CNAS, compreende o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026, sob o nº 308796.0654564/2023.

17 Receitas (despesas) financeiras

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras (a)	116.617	901
	<u>116.617</u>	<u>901</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas	(700)	(349)
Outras despesas financeiras	(42.271)	(45.675)
	<u>(42.971)</u>	<u>(46.024)</u>
	<u>73.646</u>	<u>(45.123)</u>

- (a) Aumento do rendimento principalmente devido o aumento dos recursos vinculados a projetos e saldos de caixa e equivalentes de caixa aplicados.

18 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração, e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2024, sendo eles outras contas a receber e fornecedores, estão classificados como empréstimo e recebíveis.

Valor justo

Não existem diferenças entre o valor de mercado e os valores registrados na contabilidade.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Seção 11 do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento Técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2024, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituições de primeira linha.

Risco de liquidez

Riscos de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outros, o desenvolvimento de estudos e a análise econômico-financeira, que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que está sujeita.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

19 Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade não apresentava avais, fianças e garantias.

* *

Administração da Entidade

Jakeliny Bastazini Santos
Presidente

Amadeu Amâncio de Oliveira
Contador CRC 014697-O/AM